MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE

6º EXAME CONJUNTO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA – 2ª REGIÃO

INSTRUÇÕES

1. **VERIFIQUE**, com muita atenção, este **CADERNO DE QUESTÕES**. Deve conter 40 (quarenta) questões objetivas, na 1ª parte, sendo 10 (dez) referente a cada grupo de disciplinas (Direito Constitucional, Direito Penal, Direito Civil e Teoria Geral do Processo) e 8 (oito) questões discursivas, na 2ª parte, sendo 2 (duas) questões por grupo de disciplina (Direito Constitucional, Direito Penal, Direito Civil e Teoria Geral do Processo). **Caso haja qualquer erro de impressão solicite imediatamente a substituição;**

2. **VERIFIQUE**, também a **FOLHA DE RESPOSTAS** da prova objetiva e os **CADERNOS DE RESPOSTAS** das provas subjetivas;

NÃO SERÃO ACEITAS RECLAMAÇÕES FORMULADAS APÓS O INÍCIO DA PROVA.

3. Preencha corretamente seus dados na **FOLHA DE RESPOSTA e NOS CADERNOS DE RESPOSTAS.**

4. Não rasure o campo destinado à atribuição da nota.

5. Os espaços para resposta são **LIMITADOS,** de sorte que cabe ao candidato apurar quanto à concisão do texto escrito, uma vez que não serão consideradas quaisquer anotações fora do espaço apropriado.

6. Use **SOMENTE** caneta esferográfica **PRETA** ou **AZUL** nas Folhas de Respostas e nos Cadernos de Respostas.

7. O candidato só poderá sair com a prova após 90 minutos de iniciado o exame.

8. O exame terá duração de 5 (CINCO) horas.

BOA SORTE!

1ª PARTE - PROVA OBJETIVA

DIREITO CONSTITUCIONAL

01. Assinale a alternativa **incorreta**:

a) o poder constituinte originário, titularizado pelo povo, consiste na força de criar uma nova Constituição, sem limites previamente estabelecidos pelo direito positivo anterior, razão pela qual o Supremo Tribunal Federal entende que é incabível o ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade para impugnar normas originárias da Constituição;

b) à luz da Constituição de 1988, a substituição da forma federativa de Estado pelo modelo do Estado unitário é constitucionalmente impossível;

c) segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, dentre os direitos reputados como cláusula pétrea, somente são considerados aqueles previstos no art. 5º;

d) a Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio.

02. Sobre os direitos fundamentais, pode-se afirmar que:

a) a Lei Fundamental de 1988 erigiu o princípio da aplicabilidade imediata;

b) a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal não admite que sejam aplicados às relações privadas, pois estas são regidas pelo Direito Privado e não pelo Direito Público;

c) todos eles estão escritos no texto da Constituição, não se admitindo o *status* constitucional de direitos previstos em tratados e convenções internacionais;

d) não é possível a colisão de direitos fundamentais, haja vista o princípio da unidade da Constituição que impede antinomia de tais direitos em casos concretos.

03. A Constituição da República Federativa do Brasil **não assegura**:

a) a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade;

b) que ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal, assegurando ainda aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

c) que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória e ainda que são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;

d) que os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos, desde que celebrados pelo Presidente da República, tenham hierarquia constitucional.

04. No sistema federativo brasileiro :

a) os Estados federados dispõem de competências legislativas expressas, incumbindo à União e aos Municípios as residuais;

b) os Municípios, apesar de serem entes da federação, gozam apenas de autonomia política e administrativa, mas não de autonomia financeira;

c) os Estados podem legislar sobre porte de arma;

d) apesar de a legislação sobre trânsito ser de competência legislativa privativa da União, é de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

05. Sobre as imunidades parlamentares, é **incorreto** afirmar que:

a) os Deputados e Senadores, no exercício de suas funções, são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos;

b) a imunidade parlamentar não se estende ao co-réu sem essa prerrogativa;

c) cometido o crime por Deputado Federal durante o exercício funcional, ainda que a ação penal seja proposta após a cessação do mandato, a competência para o processamento e julgamento será do Supremo Tribunal Federal, haja vista o foro por prerrogativa de função na época do fato;

d) recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.

06. Assinale o enunciado **correto** a respeito das Comissões Parlamentares de Inquérito:

a) podem, após concluídos os seus trabalhos, propor ação penal contra o investigado, por meio do oferecimento de denúncia ao Poder Judiciário;

b) podem determinar a condução coercitiva da testemunha que, regularmente notificada, não compareça injustificadamente à sessão, bem como determinar a prisão em flagrante da testemunha que mentir no depoimento;

c) podem determinar a quebra de sigilo bancário, fiscal e de dados, bem como interceptações telefônicas, desde que a decisão seja fundamentada;

d) possuem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais e objetivam a apuração de fatos indeterminados atribuídos aos investigados.

07. Marque a alternativa **incorreta:**

a) compete ao Presidente da República celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

b) constitui crime de responsabilidade do Presidente da República conduta atentatória à probidade na administração pública;

c) na hipótese de o Presidente da República cometer crime comum, será julgado pelo Supremo Tribunal Federal que, analisando as provas e se convencendo da prática do ilícito penal, poderá decretar a prisão preventiva do Chefe de Estado;

d) somente pelo voto de dois terços do Senado Federal o Presidente da República poderá ser condenado por crime de responsabilidade, limitando-se a condenação à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.

08. Marque a alternativa **incorreta**:

a) o Ministério Público é instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, sendo o legitimado exclusivo para a propositura da ação penal pública e da ação civil pública;

b) os Procuradores da República possuem garantias e vedações constitucionais análogas às da magistratura;

c) são princípios constitucionais expressos do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, sendo reconhecido ainda, pelo STF, o princípio do promotor natural;

d) o controle externo da atividade policial é exercido pelo Ministério Público, que poderá requisitar informações e documentos aos órgãos de segurança pública.

09. Aponte a alternativa **incorreta** acerca do instituto do controle de constitucionalidade:

a) a ação declaratória de constitucionalidade pode ser proposta por todos os que têm legitimidade ativa para propor a ação direta de inconstitucionalidade;

b) ao contrário do que ocorre no âmbito da ação direta de inconstitucionalidade e da argüição de descumprimento de preceito fundamental, não é possível que o STF defira medida cautelar em sede de ação declaratória de constitucionalidade;

c) nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, quando este declara a inconstitucionalidade de lei pelo método abstrato-concentrado, a decisão produzirá efeitos a partir da publicação no Diário Oficial, dispensando-se a comunicação ao Senado Federal;

d) o controle incidental de constitucionalidade pode ser feito em qualquer processo, inclusive em sede de mandado de segurança ou *habeas corpus*, podendo invocar a matéria constitucional o Autor, o Réu, o Ministério Público e também o próprio Juiz de ofício, sendo a declaração de inconstitucionalidade dotada de eficácia *inter partes*.

10. Assinale a afirmativa **incorreta** à luz da denominada "Reforma do Judiciário" (EC nº 45/04):

a) a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação;

b) houve instituição da "repercussão geral" das questões constitucionais, que consiste em requisito de admissibilidade para interposição de recurso extraordinário;

c) compete ao Superior Tribunal de Justiça a homologação de sentenças estrangeiras;

d) o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça poderão, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

TEORIA GERAL DO PROCESSO

1) Assinale a alternativa **INCORRETA:**

"Duas os mais pessoas físicas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando:"

entre elas houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide;

os direitos ou as obrigações derivarem do mesmo fundamento de fato ou de direito;

entre as causas houver conexão pelo objeto ou pela causa de pedir;

pretenderem ajuizar ação civil pública para obtenção de tutela à higidez do meio ambiente.

2) Assinale a alternativa **CORRETA**:

"Quanto à *teoria da asserção* é possível afirmar:"

a)é a teoria da causa de pedir adotada no Brasil;

b)por ela, se ao final da fase probatória o magistrado perceber que falta ao autor a legitimidade *ad causam*, ele deverá extinguir o processo sem julgamento de mérito;

c)por ela, a verificação pelo juiz da presença das condições da ação se dá à luz das afirmações feitas pelo demandante na sua petição inicial;

d)foi a teoria expressamente adotada pelo Código de Processo Civil brasileiro no seu art. 267.

3) Assinale a alternativa **CORRETA**:

Compete aos juízes federais processar e julgar:

a)o homicídio qualificado praticado por deputado estadual contra sua esposa, em razão do foro por prerrogativa de função que o beneficia;

b)os crimes de estelionato praticados contra o Banco do Brasil S/A, por ser esta intituição sociedade de economia mista federal;

c)os crimes dolosos contra a vida perpetrados por policiais militares contra civis, ainda que fora de serviço;

d)as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral.

4) Assinale a alternativa **CORRETA:**

"Quanto à competência na esfera cível é possível afirmar:"

a)ela é prorrogável por vontade das partes apenas se for relativa, pois a absoluta só se prorroga nos casos previstos em lei;

b)o Código de Processo Civil brasileiro adotou o critério de fixação da competência formulado por Chiovenda;

c)o princípio da *kompetenz-kompetenz* determina que cabe ao tribunal decidir se o juiz tem ou não competência para atuar na causa;

d)a competência territorial é sempre relativa.

5) Assinale a alternativa **INCORRETA:**

a) a teoria eclética foi formulada por Enrico Tullio Liebman;

b) a teoria da substanciação foi adotada no direito brasileiro;

c) a teoria da individuação vê na causa de pedir um conjunto de fatos narrados pelo demandante;

e) o princípio da congruência da sentença ao pedido sofre, no ordenamento pátrio, exceção.

6) Assinale a alternativa **CORRETA**

"O Ministério Público, ao ajuizar ação pleiteando anulação de casamento, no processo civil brasileiro, atua:"

a) com legitimidade ordinária, pois defende interesse alheio em nome próprio;

b) com legitimidade extraordinária concorrente;

c) como sucessor processual dos cônjuges;

e) com legitimidade extraordinária exclusiva.

7) É **CORRETO** afirmar que:

a) o conceito clássico de pretensão diz que esta é a exigência de subordinação de interesse próprio ao interesse alheio;

b) à pretensão resistida dá-se o nome de perempção;

c) lide é o conflito de interesses qualificado por uma pretensão resistida;

d) a lide é requisito indispensável nos processos de Jurisdição Vonluntária.

8) Assinale a alternativa **CORRETA**:

"*A pertinência subjetiva da lide*" é o conceito clássico de:

a) interesse de agir;

b) legitimidade *ad causam*;

c) *causa petendi*;

d) capacidade postulatória.

9) Assinale a alternativa **CORRETA**:

"A petição inicial regularmente formulada é:"

a) manifestação da possibilidade jurídica do pedido;

b) requisito para a existência do processo;

c) pressuposto processual de validade;

d) irrelevante para o processo, dada a instrumentalidade das formas.

10) A respeito da denunciação da lide é **CORRETO** afirmar:

a) não são cabíveis denunciações sucessivas;

b) somente o réu pode denunciar da lide;

c) a denunciação da lide é cabível até o momento da prolação da sentença, finda a fase probatória;

d) cabe denunciação da lide no procedimento sumário.

DIREITO PENAL

1 - Assinale a alternativa correta:

a. o princípio da taxatividade está relacionado à técnica de elaboração da lei penal, devendo esta ser sempre clara e precisa na descrição da conduta punível e no estabelecimento da sanção penal;
b. de acordo com o princípio da insignificância, formulado por Claus Roxin, as condutas que afetam infimamente a um bem jurídico, apesar de típicas, não podem ser tidas como contrárias ao direito (antijurídicas);
c. todos os princípios do direito penal liberal estão explicitamente enunciados na Constituição da República e no Código Penal brasileiro;
d. por não violar a segurança jurídica, a jurisprudência dos tribunais superiores têm admitido a adoção de tipos incriminadores por meio de Medidas Provisórias, visto que estas têm força de lei ordinária e gozam da mesma publicidade.

2 - Assinale a alternativa correta:

a. a lei penal em branco incriminadora jamais poderá ser complementada por lei estadual ou por ato administrativo, tendo em vista o princípio da reserva absoluta de lei exigida em matéria de direito penal;

b. em matéria de conflito de leis no tempo, as leis penais em branco possuem disciplina própria, já que, em regra, são dotadas de ultratividade mais gravosa, ao contrário do que ocorre com as demais normais penais incriminadoras em geral;

c. são pressupostos do concurso aparente de leis penais a unidade de fato e a pluralidade de leis;

d. por serem dotadas de ultra-atividade, as leis excepcionais e temporárias aplicam-se a quaisquer delitos, desde que seus resultados tenham ocorrido durante sua vigência;

3 - Assinale a alternativa incorreta:

a. o conceito material de bem jurídico é necessariamente valorado e relativo, devendo o legislador penal basear-se sempre nas diretrizes contidas na Constituição Federal e nos valores nela consagrados;

b. pelo critério da consunção, o conteúdo do tipo penal mais amplo absorve o de menor abrangência, sempre que este for uma fase de realização ou uma regular forma de transição para aquele;

c. com o advento do finalismo, a ação, para fins penais, passou a ser concebida como todo e qualquer movimento corporal voluntário causador de uma modificação no mundo exterior, estando a noção de finalidade localizada na culpabilidade;

d. a teoria da equivalência das condições, adotada por nosso ordenamento jurídico, não impede a utilização da teoria da imputação objetiva do resultado, que se caracteriza como um critério normativo-restritivo da causalidade natural, que limita a abrangência do tipo penal apenas àquelas hipóteses em que o resultado típico possa ser atribuído como obra própria do agente.

4 - O tipo penal é descrição absoluta de uma conduta punível penalmente, sendo a tipicidade a adequação do fato concreto ao disposto na lei penal. A partir destas definições, assinale a alternativa correta:

I. O tipo penal é composto apenas de elementos descritivos, já que os elementos normativos e subjetivos são analisados, respectivamente, na antijuricidade e na culpabilidade;

II. A teoria dos elementos negativos do tipo tem sido rechaçada pela doutrina atual, visto que as causas de justificação não afetam a tipicidade da conduta, mas sim eliminam a ilicitude de uma ação típica;

III. A tipicidade penal da conduta pressupõe não só seu enquadramento em um tipo específico (tipicidade legal), mas também depende de uma análise conglobada de ordem normativa (tipicidade conglobante), ordem esta que é composta exclusivamente de normas proibitivas e mandamentais;

IV. São elementos do tipo de injusto culposo a inobservância do cuidado devido, a produção de um resultado indesejado e a existência de nexo causal entre ambos, não sendo necessário para a configuração da tipicidade a previsibilidade objetiva do resultado, já que se trata de elemento integrante da culpabilidade.

a. estão corretas as alternativas I, II e IV;

b. estão corretas as alternativas II e III;

c. estão corretas as alternativas II, III e IV;

d. apenas a alternativa III está correta.

5) Acerca dos crimes omissivos, é correto afirmar que:

a) a conduta, para fins penais, envolve tanto a ação como a omissão, mas esta só é relevante quando o omitente tenha o dever contratual de agir para evitar o resultado;

b) nos delitos omissivos, a consumação se dá desde o momento inicial da omissão, ou seja, o crime omissivo se consuma a partir do primeiro momento em que o agente poderia agir para evitar o resultado;

c) em nosso ordenamento jurídico não se admite a existência de crimes omissivos impróprios culposos;

d) a possibilidade física de agir constitui elemento integrante da própria tipicidade nos crimes omissivos.

6) “A”, desempregado, ingressa durante a noite em um supermercado para furtar alguns alimentos para alimentar seu filho faminto. Ao se retirar do supermercado, efetua também a subtração de um aparelho de DVD para presentear seu filho que fizera aniversário a poucos dias.

a) não há crime, já que a conduta de “A” não é culpável, visto que não se poderia exigir de “A”, no caso em comento, conduta diversa da que foi praticada;

b) “A” responde apenas pela subtração do aparelho de DVD, já que, em relação ao furto dos alimentos, a conduta de “A”, apesar de típica e antijurídica, não é culpável;

c) “A” responde integralmente pela lesão patrimonial provocada;

d) apenas a subtração dos alimentos está justificada pela ordem jurídica.

7) Sobre a tentativa, é incorreto afirmar que:

a) os crimes culposos não admitem tentativa;

b) nos crimes tentados, a tipicidade subjetiva se manifesta da mesma forma que nos crimes consumados;

c) a tentativa imperfeita é aquela em que o agente realiza todos os atos executórios necessários para obtenção do resultado, mas este não é atingido por circunstâncias alheias à vontade do agente;

d) o crime tentado se diferencia dos casos de desistência voluntária e arrependimento eficaz pois nestes a não consumação do crime decorre de ato voluntário do próprio agente.

8) Em tema de culpabilidade, pode-se afirmar que:

a) a embriaguez culposa, desde que completa, exclui a imputabilidade penal;

b) a coação física irresistível exclui a culpabilidade, visto que a atuação do coagido não poderá ser considerada reprovável;

c) o agente que cumpre ordem hierárquica atua inculpavelmente, ainda que a ordem seja manifestamente ilegal;

d) o erro de proibição, quando inevitável, exclui a potencial consciência da ilicitude.

9) De acordo com a jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal:

a) praticados apenas 2 delitos, em continuidade delitiva, a majoração decorrente do art. 71 do CP deve ser fixada em seu mínimo legal;

b) é constitucional o disposto no § 1º do art. 2º, da Lei 8.072/90, que veda a possibilidade de progressão do regime de cumprimento da pena nos crimes hediondos definidos no art. 1º do mesmo diploma legal;

c) nos crimes habituais, o prazo da prescrição inicia-se da data da primeira das ações que constituem o fato típico;

d) nenhuma das alternativas anteriores é correta.

10) Assinale a alternativa correta:

a) a condenação anterior a pena de multa, caso o condenado seja tecnicamente reincidente, impede a suspensão condicional da pena;

b) o condenado por crime hediondo, durante o cumprimento da pena, somente poderá obter livramento condicional após cumprir dois terços da pena e desde que não seja reincidente em qualquer crime doloso;

c) são efeitos automáticos da condenação a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, a perda em favor da União dos instrumentos e produtos do crime e a inabilitação para dirigir veículo quando utilizado como meio para a prática de crime doloso;

d) nenhuma das alternativas anteriores é correta.

DIREITO CIVIL

1. Dentre os possíveis defeitos do negócio jurídico, cuja ocorrência acarreta sua anulabilidade ou nulidade, uns são considerados vícios de consentimento, outros vícios sociais. Dentre as seguintes alternativas, assinale a que se inclui na primeira categoria.

A) ignorância da lei

B) fraude contra credores

C) dolo essencial

D)simulação prejudicial

2. Com relação à formação ou conclusão dos contratos civis, é CORRETO afirmar que:

A) a lei permite que tenha por objeto a herança de pessoa viva, se o futuro autor da herança assim o permitir

B) a proposta que o antecede é necessariamente um ato bilateral integrativo do próprio contrato

C) a função social deste negócio jurídico consiste em fator de balizamento da autonomia da vontade

D) a probidade e a boa-fé são condições necessárias para sua celebração

3. Em relação à capacidade daquele que foi judicialmente declarado pródigo, é CORRETO afirmar que o mesmo:

A) está autorizado a alienar seus bens imóveis sem restrições

B) poderá ser demandado em juízo sem a presença de seu curador

C) poderá praticar atos além daqueles de mera administração

D) não será privado do pátrio poder ou poder familiar

4. Com relação à sua natureza, pode ser considerado fungível o seguinte bem:

A) um quadro de um pintor famoso, como Picasso

B) um automóvel fora de fabricação

C) um aparelho de televisão de 29 polegadas

D) um livro raro

5. Com relação à responsabilidade civil objetiva é CORRETO afirmar:

A) ser desnecessária a prova da culpa do agente estatal para o fim de sua caracterização

B) ser possível a responsabilização do agente, ainda que inexistente o nexo de causalidade entre o dano e a conduta do agente

C) caracterizada a responsabilidade civil do Estado, a esse é assegurado o direito de regresso contra o responsável direto pelo dano somente em caso de dolo

D) o caso fortuito, a força maior e a culpa exclusiva da vítima não excluem a responsabilidade civil do ente estatal.

6. É defeso a disposição do próprio corpo, SALVO se:

A) importar diminuição permanente da integridade física;

B) contrariar os bons costumes;

C) cuidar de hipótese de doação de órgãos e tecidos *post mortem;*

D)for a título oneroso

7. Conforme dispõe o Código Civil, quanto à responsabilidade pela reparação do dano causado por ato ilícito é CORRETO afirmar que:

A) a condenação no juízo criminal não torna certa a obrigação de reparar o dano

B) não é possível discutir, no juízo civil, sobre a existência do fato ou sua autoria quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal

C) a absolvição no juízo criminal sempre isentará o agente da responsabilidade civil

D) a decisão de arquivamento do inquérito policial obsta a propositura da ação civil

8. São bens imóveis, inclusive para efeitos legais, EXCETO:

A) o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente;

B) os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram;

C) o direito à sucessão aberta;

D) as energias que tenham valor econômico.

9. Quanto às classificações das benfeitorias, pode–se dizer que:

A) as benfeitorias necessárias são aquelas realizadas para conservar a coisa, e devem ser indenizadas pelo proprietário no caso de posse de boa ou má-fé;

B) as úteis melhoram a qualidade do bem, e devem ser indenizadas pelo proprietário somente no caso de posse de boa-fé, sem direito de retenção;

C) as voluptuárias são aquelas que oriundas de deleite do possuidor, e devem, em todo caso, ser indenizadas;

D) todas as respostas anteriores são falsas.

10. Sobre as novas cláusulas gerais inseridas no Código Civil em vigor, marque a alternativa ERRADA:

A) A cláusula geral da boa-fé objetiva, adotada pelo código de 2002, não pode ser confundida com o conceito de boa-fé previsto no Código Civil anterior, em que era concebida como estado de desconhecimento (ignorância) sobre determinada situação, valorizando, assim, o elemento subjetivo;

B) A boa-fé objetiva, na moderna teoria contratual, possui a função de fonte de novos deveres especiais de conduta durante o vínculo contratual, os denominados deveres anexos, tais como o de informação, de cooperação e de cuidado;

C) O postulado da boa-fé objetiva, assim como o da função social do contrato, significou limitação aos princípios da *pacta sunt servanda* e o da relatividade subjetiva;

D) Os princípios sociais do contrato eliminaram por completo o princípio da liberdade contratual (autonomia privada).

GABARITO PROVA OBJETIVA

CONSTITUCIONAL	**1.C**	**2.A**	**3.D**	**4.D**	**5.C**	**6.B**	**7.C**	**8.A**	**9.B**	**10.D**
TGP	**11. D**	**12.C**	**13.D**	**14. B**	**15.C**	**16.B**	**17.C**	**18.B**	**19.C**	**20.D**
PENAL	**21.A**	**22C**	**23.C**	**24.B**	**25.D**	**26.D**	**27.C**	**28.D**	**29.A**	**30.D**
CIVIL	**31.C**	**32.C**	**33.D**	**34.C**	**35. A**	**36.C**	**37.B**	**38.D**	**39.A**	**40.D**

2ª PARTE - PROVA SUBJETIVA

DIREITO CONSTITUCIONAL

Dona Lalá, uma senhora de 67 anos, costuma caminhar todas as manhãs nas ruas do bairro onde reside. No último mês, foi roubada 03 (três) vezes pela mesma pessoa que tem por hábito assaltar idosos que transitam pelas ruas.

A citada senhora já comunicou o fato à autoridade policial que, infelizmente, não adotou nenhuma providência. Revoltada com a situação, Dona Lalá pegou arma de uso proibido, pertencente a sua filha, para defender-se. Ao sair de casa e realizar seu passeio rotineiro, foi abordada pelo mesmo criminoso que anunciou o assalto. Quando ia entregar sua bolsa com dinheiro ao assaltante, Dona Lalá sacou a arma e efetuou disparo na mão do agressor.

Após, a polícia chegou ao local e prendeu Dona Lalá em flagrante delito. Comunicado o fato à autoridade judiciária, o Juiz de Direito concedeu liberdade provisória à autora. Concluído o inquérito policial, o Delegado de Polícia indiciou Dona Lalá apenas pelo delito previsto no art. 16 da Lei nº 10.826/03 (porte ilegal de arma de uso proibido), não a indiciando por lesão corporal por entender que restou configurada a legítima defesa.

Os autos foram novamente encaminhados ao Juiz que proferiu o seguinte <u>despacho</u>:

"Determino que o Ministério Público ofereça a denúncia no prazo legal, haja vista que existem provas suficientes de que a indiciada (Dona Lalá) cometeu o ilícito penal descrito no art. 16 da Lei nº 10.826/03 (porte ilegal de arma de uso proibido), cuja pena é de reclusão de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa".

O Promotor de Justiça ofereceu denúncia em desfavor da indiciada pelo mesmo crime descrito pelo magistrado.

De acordo com o caso apresentado, responda as perguntas abaixo.

QUESTÃO 01

a) **À luz do Direito Constitucional**, o despacho exarado pelo Juiz de Direito encontra-se correto? (**Não** responder com base no Direito Processual Penal. Resposta em, no máximo, **10 linhas, indicando os preceitos pertinentes**, não sendo corrigido o texto que as ultrapassar)

b) Tendo em vista que Dona Lalá está incursa nas penas do art. 16 da Lei nº 10.826/03 (porte ilegal de arma de uso proibido) e que o art. 21 do mesmo diploma legal veda a concessão de liberdade provisória para este tipo de crime, agiu corretamente o Juiz de Direito ao lhe deferir esse benefício, contrariando a lei? (Resposta **exclusivamente** com fundamento no **Direito Constitucional, indicando os preceitos pertinentes**. Responder em, no máximo, **10 linhas**).

QUESTÃO 02

Quais são os fundamentos **constitucionais** que Dona Lalá poderá utilizar em sua defesa? Existe algum remédio constitucional que poderá ser manejado para "trancar" (extinguir) a ação penal? (Resposta em, no máximo, **10 linhas, indicando os preceitos pertinentes**).

TEORIA GERAL DO PROCESSO

1) Discorra, no máximo em dez linhas, sobre a atuação do Ministério Público no processo civil.

2) Discorra, no máximo em quinze linhas, sobre os princípios constitucionais do Direito Processual.

DIREITO PENAL

1. Diferencie erro de tipo, erro de proibição (direto e indireto), erro de tipo permissivo e erro de subsunção, indicando quais suas conseqüências jurídico-penais. (máximo de 15 linhas)
2. Quais critérios têm sido adotados pela doutrina para distinguir os atos meramente preparatórios dos atos executórios e qual a relevância desta distinção? (máximo de 15 linhas)

DIREITO CIVIL

1. Defina obrigações acessórias e sua dependência em relação às obrigações principais, segundo o brocardo latino *acessorium sequitur principale*. Exemplifique.

2. É cabível ação de indenização por danos morais à pessoa jurídica?